

Aprovado em reunião  
de 04 DEZ. 2018

**REGULAMENTO MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DE COMÉRCIO A  
RETALHO NÃO SEDENTÁRIO EXERCIDA POR FEIRANTES NO CONCELHO DE VILA REAL  
DE SANTO ANTÓNIO - INICIO DO PROCEDIMENTO.**

= A Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador Álvaro Leal, aprovar a Proposta do Sr. Vereador Luis Romão, dar início ao procedimento para a elaboração do projeto de Regulamento Municipal para o Exercício da Atividade de comércio a retalho não sedentário exercida por feirantes no concelho de Vila Real de Santo António, nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, devendo os interessados constituírem-se como tal, manifestando a sua intenção por escrito, em requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, a fim de apresentarem os seus contributos para a elaboração do regulamento, por um período de 15 dias úteis, contados a partir da data da presente deliberação, contados a partir da data da presente deliberação.

DATE: 10/11/11

THE FOLLOWING INFORMATION IS FOR YOUR INFORMATION ONLY. IT IS NOT TO BE USED FOR ANY OTHER PURPOSE.

THE INFORMATION CONTAINED HEREIN IS UNCLASSIFIED. IT IS THE POLICY OF THE DEPARTMENT OF DEFENSE TO MAKE ALL INFORMATION CONTAINED HEREIN AVAILABLE TO THE PUBLIC, UNLESS IT IS DETERMINED THAT DISCLOSURE OF THE INFORMATION WOULD BE DETRIMENTAL TO THE NATIONAL DEFENSE.





VILAREALSTºANTONIO

## Proposta

Aprovado em reunião

de 04 DEZ. 2018

N.º Propostas/2018/357

### ASSUNTO:

Regulamento Municipal para o Exercício da Atividade de comércio a retalho não sedentário exercida por feirantes no concelho de Vila Real de Santo António - Início do Procedimento

### CONSIDERANDO QUE:

A atividade de comércio a retalho não sedentário exercida por feirantes tem uma forte tradição e impacto económico relevante no concelho de Vila Real de Santo António;

Sendo que a legislação municipal aplicável – Regulamento da Feira da Praia, publicado por Edital datado de 19 de janeiro de 1988 - encontra-se já desfasada da realidade económica e jurídica atual;

Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 42/2008, de 10 de Março (atualmente já revogado), estabeleceu-se um novo regime de regulamentação da atividade de comércio a retalho exercida de forma não sedentária em feiras até então consagrada no Decreto-Lei n.º 252/86, de 25 de Agosto, que sofreu diversas alterações, e já se revelava desajustada, quer quanto às transformações ocorridas na atividade comercial nos últimos anos, quer quanto a outra regulamentação igualmente relevante para o exercício da atividade, dispersa por diversos diplomas, como é o caso da legislação relativa à segurança dos géneros alimentícios;

A Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, na sua atual redação, que veio estabelecer o regime jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração (RJACSR), entre outros, o da atividade de comércio a retalho não sedentário exercida por feirantes, no seu artigo 79.º, comete aos municípios o dever de regulamentação do funcionamento das feiras, nomeadamente, no que concerne à definição dos locais de realização, periodicidade, adjudicação de espaços, normas e horários de funcionamento;

Importa harmonizar e atualizar a regulamentação da atividade de comércio em feiras em vigor no Concelho de Vila Real de Santo António, ajustando-a à nova realidade jurídica, social e económica

De acordo com alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal os projetos de regulamento externos do município;

Nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, o início do procedimento é publicitado na Internet, no Sítio institucional da entidade pública, com indicação do órgão que decidiu desencadear o procedimento, da data em que o mesmo se iniciou, do seu objeto e da forma como se pode processar a constituição como interessado e a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento.

### PROPONHO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE FAVORAVELMENTE:

Dar início ao procedimento para a elaboração do projeto de Regulamento Municipal para o Exercício da Atividade de comércio a retalho não sedentário exercida por feirantes no concelho de Vila Real



VILAREALSTºANTONIO

## Proposta

de Santo António, nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, devendo os interessados constituírem-se como tal, manifestando a sua intenção por escrito, em requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, a fim de apresentarem os seus contributos para a elaboração do regulamento, por um período de 15 dias úteis, contados a partir da data da presente deliberação.

Vila Real de Santo António, 29 de Novembro de 2018

O Vereador do Pelouro,  
no uso da competência delegada  
por despacho do Sr.º Presidente da Câmara Municipal,  
datado de 13 de Outubro de 2017,

Luís Miguel Guerreiro Romão